

O Capital-Imperialismo brasileiro: A atuação do BNDES na Pan-Amazônia (2003-2014)

João Paulo de Oliveira Moreira¹

1.1- O BNDES enquanto agência financiadora do capital-imperialismo brasileiro:

Segundo Ana Garcia, no decorrer dos anos 90, os governos brasileiros construíram um caminho para a internacionalização da economia e para a inserção das empresas do país para fora, sobretudo com o processo de privatizações, liberalização das importações e do fluxo de capitais².

Nesse contexto, o Banco auxiliou na construção dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), projeto que buscava um planejamento do território brasileiro de forma regionalizada, redundando no ano 2000 na “Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA):

A perspectiva da integração regional adotada a partir de então segue a perspectiva do “regionalismo aberto” preconizada pelo Banco Mundial, voltada para a liberalização do comércio e dos investimentos, aprofundando o modelo de inserção competitiva.

São grandes projetos viários, energéticos e de comunicações associados a medidas de “convergência regulatória” que favorecem a desregulação, viabilizando a consolidação dos oligopólios privados na região. Os eixos e projetos da IIRSA são voltados para a competitividade externa da região e não para gerar interdependência entre os países sul-americanos. Dos 31 projetos prioritários até 2010, oito projetos encontram-se em execução e todos envolvem o Brasil como contraparte, deixando claro também o papel de liderança do país na implementação dessa infraestrutura regional de exportação (BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010, p.252-253).

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

² GARCIA, 2009, p.13; O impulso para a internacionalização das empresas brasileiras vem sendo operado por meio de uma transferência monumental de recursos públicos, e nesse sentido os fundos públicos também assumem um papel fundamental para o fortalecimento de conglomerados no período citado (cf. BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010, p.249; 252).

No que tange ao funcionamento do Banco, o que marcou a diferença do governo de Luis Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), para os governos anteriores foi uma suposta defesa de empresas nacionais, de setores considerados estratégicos (mineração, siderurgia, etanol, agropecuária, hidroelétrico etc.), com um aporte que, juntos, receberam cerca de meio trilhão de reais durante todo o período Lula³.

Este padrão coexistiu com uma conjuntura de ascenso do comércio exterior, sobretudo a partir de 2002, com a valorização das *commodities* e uma importante entrada no mercado chinês, além do patrocínio do BNDES as fusões e aquisições, tais como JBS e Bertim, OI e Brasil Telecom, Perdigão e Sadia, Votorantim e Aracruz, Itaú e Unibanco⁴.

Entre 2003 e 2014, o Banco financiou cerca de trinta⁵ projetos na Pan-Amazônia (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), que, somados, ultrapassaram a quantia de US\$2 bilhões. A partir de uma pesquisa⁶ realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), entre 2003-2013, o BNDES, na área internacional de exportação, investiu cerca de 87% em obras de infraestrutura na América Latina e em compra de bens de capital:

Em 2012, o banco totalizou US\$ 2,17 bilhões em desembolsos nessa categoria (Pós-Embarque). O contrato se dá diretamente com a empresa brasileira, ou com a empresa

³ BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010 ,p.250. Os autores também ressaltaram que entre 2003-2009, ocorreu um aumento de cerca de quatro vezes no valor dos desembolsos anuais do Banco, destacando assim a centralidade do BNDES no modelo de acumulação capitalista brasileiro (IDEM, op.cit., p.262).

⁴ IDEM, op. cit., p.262.

⁵ O BNDES não divulga uma lista clara de todos os seus investimentos no exterior, apenas dados referentes à modalidade Exim Pós-Embarque, em que financia bens e serviços para exportação em diversos países na Pan-Amazônia, salvaguardando desse modo questionamentos e ações públicas. Os valores individualizados não são fornecidos em razão do sigilo que cerca o BNDES, graças ao art. 6º, I, do decreto 7.724/2012, promulgado pela presidenta Dilma Rousseff. Também não são divulgados critérios, valores acordados, nem datas e quantias dos desembolsos realizados, estando assim os contratos internacionais sujeitos a cláusulas de confidencialidade e sigilo comercial. Nesse sentido, as informações adquiridas em meios de comunicação alternativos, cartilhas de movimentos sociais atingidos pelas obras financiadas pelo Banco, documentos do Itamaraty e da IIRSA, serão de extrema valia para o desenvolvimento da pesquisa.

⁶ Utilizo as informações da pesquisa mediante a reportagem de FONSECA, B. e MOTA, J. BNDES, para exportação, Disponível em: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>.

importadora de outro país – mas com a mediação da companhia brasileira. Segundo o estudo do Ibase, de 1998 a 2012 o banco apoiou 48 projetos de infraestrutura na América Latina – todos vinculados a empresas brasileiras. **A grande líder no ranking é a Construtora Norberto Odebrecht S.A** (grifo meu), com mais da metade do filão. O estudo do Ibase aponta que, quando a formação de grandes empresas nacionais se tornou um dos objetivos do BNDES, a expansão da infraestrutura se tornou também um ponto essencial. “Por isso, as grandes construtoras aparecem como um dos grandes parceiros do BNDES, principalmente quando se considera as ramificações dessas empresas, atuando em diversas áreas, como mineração e produtos e insumos básicos ligados a cadeia produtiva da construção civil” (...) (FONSECA e MOTA. **BNDES, para exportação**. Disponível em: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>).

Nesse sentido, a primeira hipótese a ser testada no decorrer desta pesquisa é a de que o BNDES, a partir de 2003, foi o principal propulsor da inserção do Brasil no conjunto dos países capital-imperialistas internacionais⁷, aumentando sobremaneira seu patamar de atuação e ocupando um lugar de destaque, inclusive superando no decorrer dos anos 2000, os bancos considerados promotores do desenvolvimento, como mostrado na tabela abaixo:

Tabela I
 (Comparativo desembolsos – US\$ Bilhões)

Ano	BNDES	BID	BIRD	BID/BIRD
2005	19, 3413272	5, 328	9, 722	15, 05
2006	24, 033822	6, 489	11, 833	18, 322
2007	33, 3179321	7, 124	11, 055	18, 179
2008	50, 2561866	7, 608	10, 49	18, 098
2009	68, 782539	11, 851	18, 564	30, 415

Fonte: Demonstrativos de desembolso BNDES, BID e BIRD, In: BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010, p.261.

Nesse caso, a proposta desta pesquisa insere-se numa perspectiva de matriz gramsciana, abordando o Estado em sua dimensão ampliada, de molde a compreendê-lo a partir da articulação indissociável entre sociedade civil/sociedade política, consenso/coerção, não havendo divisão nessas esferas, o que nos leva a averiguação de

⁷ Não desprezo aqui o papel dos fundos de pensão, do sistema bancário e nem dos grandes conglomerados na inserção internacional subalternizada do Brasil no conjunto de países capital-imperialistas.

como na sociedade civil emergem os interesses organizativos para sua introjeção na sociedade política, “transbordando”, assim, a esfera institucional da formulação e aplicação das políticas:

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2006 p. 32).

Ao trabalharmos com esta noção, é válido percebermos que, em Gramsci, o Estado em seu sentido ampliado tem uma função educativa, no sentido de soldar/unificar os interesses das classes e frações da classe dominante, daí ser preponderante conhecer a realidade, a partir do Estado, para promover a sua transformação. Portanto, o esforço aqui proposto compreende tanto o estudo⁸ do funcionamento do BNDES quanto a sua articulação com os intelectuais orgânicos dos “aparelhos privados de hegemonia” que buscam introjetar seus projetos no Estado restrito.

Assim, faz-se fundamental elucidar, mesmo que brevemente, de que maneira esta importante agência estatal impulsionou a atuação das empresas brasileiras no exterior. Serão apresentadas algumas demonstrações de como foi a atuação do BNDES, enquanto principal instrumento viabilizador do capital-imperialismo brasileiro, juntamente com o recorte temporal escolhido para tal empreendimento (2003-2014).

No ano de 2003, no início do governo Lula, o Banco passou por uma série de transformações em sua estrutura interna, inclusive com uma nova transferência de

⁸ Tal estudo deve ser empreendido no decorrer da pesquisa, em que pretendo fazer o mapeamento dos aparelhos privados de hegemonia que inserem seus intelectuais orgânicos e projetos no interior do BNDES.

alçada, do Ministério do Planejamento para o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior⁹.

Logo, a escolha do ano de 2003 para o início desta pesquisa se dá na medida em que foi um marco histórico na política de internacionalização das empresas brasileiras, haja vista que foi formulada uma nova linha de créditos especiais do Banco¹⁰, que viabilizou a expansão das empresas brasileiras via financiamento governamental:

O objetivo do banco foi estimular a inserção externa das empresas, mas desde que promovam as exportações brasileiras. Assim, **o BNDES alterou seu estatuto** (grifo meu), e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na implantação de investimentos e projetos no exterior, mas com ênfase comercial, especialmente ligados aos projetos de integração regional. O primeiro grande empréstimo deste programa foi ao frigorífico brasileiro Friboi, que comprou 85% da principal empresa de carne bovina argentina, Swift Armour, aumentando assim significativamente suas exportações totais de carne em 2005. No caso do empréstimo ao Equador para a construção da hidrelétrica de San Francisco, o BNDES forneceu um pacote fechado ao país, determinando a contratação de uma empresa brasileira para a obra (no caso, a Odebrecht), assim como a aquisição de insumos e equipamentos provenientes do Brasil. O repatriamento dos lucros feitos no exterior é outro critério importante, no entanto, não há esclarecimento sobre como estes lucros são reinvestidos no Brasil (GARCIA, 2009, p.14).

O caso equatoriano acima citado é emblemático. Em 2004, o BNDES aprovou o financiamento referente à exportação de bens e serviços da Odebrecht para a construção da hidrelétrica de San Francisco, na região amazônica de Pastaza no Equador. Tal empreendimento contou com o consórcio da Alstom¹¹ e da Vatech¹².

⁹ Estatuto do BNDES, Artigo 1º, Parágrafo Único, Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Legislacao/estatuto_bndes.html

¹⁰ Todavia, somente em 2005, quando foram aprovadas as normas de financiamento direto internacional, que o Banco tornou-se um agente central no impulso da internacionalização das empresas brasileiras.

¹¹ Grupo francês que atua na área de infraestrutura de transporte e energia. Disponível em: <http://www.alstom.com/brazil/pt/alstom-no-brasil/historia/>.

¹² Empresa coreana fundada em 1992, curiosamente tal empresa tem como principal especialização criar equipamentos médicos e dentários. Disponível em: <http://www.vatech.co.kr/>.

A hidrelétrica passou a funcionar no ano de 2007 e, em 2008, apresentou inúmeros problemas, tais como rachaduras e defeitos em turbinas, o que desembocou num imbróglio diplomático, com a emissão de dois decretos por parte do governo Rafael Corrêa em que se exigia a tomada dos bens da construtora, o término de todos os contratos da empresa no país e a expulsão de seus funcionários do território equatoriano¹³.

Na Bolívia, o Banco financiou a construção da estrada San Ignacio de Moxos (Cochabamba-Beni), em Villa Tunari, com custo de aproximadamente U\$332 milhões, acordado em 2007, no então governo Lula, com o presidente boliviano Evo Morales.

A construção da estrada foi entregue à empreiteira brasileira OAS em meio a uma situação conflituosa entre a também empreiteira Queiroz Galvão, que havia sido expulsa do país por não cumprir especificações do projeto de construção de duas rodovias no sul da Bolívia¹⁴. Dois anos depois, a empresa passou a ser investigada pela controladoria geral da Bolívia sob a acusação de superfaturamento na construção da estrada¹⁵.

Em solo peruano, o banco aprovou um empréstimo para exportação da Confab industrial S/A com destino à transportadora de gás do Peru, via *buyer's credit*¹⁶, ao projeto de gás Camisea, no departamento de Cuzco. Tal projeto iniciou-se também em 2003 com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tinha como objetivo transportar gás natural e líquidos de gás natural até a área costeira do Peru no Oceano Pacífico.

¹³ FONSECA, Bruno e Mota, Jéssica. Na pan-amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira, Disponível em: <http://www.oeco.org.br/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira>.

¹⁴ As estradas apresentavam rachaduras nas obras e utilização de asfalto no lugar de cimento, segundo apontou o governo boliviano em 2007. A Bolívia chegou a decretar prisão de um dos diretores da companhia, que fugiu do país. Ver: MAISONNAVE, Fabiano. “Bolívia quer que Queiróz Galvão refaça obra”, In Folha de São Paulo, 09/09/2007

¹⁵ Disponível em: <http://www.contec.org.br/index.php/testando2/37-marco-2009/196-196>.

¹⁶ Nessas operações, os contratos de financiamento são estabelecidos diretamente entre o BNDES e a empresa importadora, com interveniência do exportador. As operações são analisadas caso a caso, podendo atender estruturas específicas de garantia e desembolso. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html.

O Consórcio Camisea é liderado pela argentina Pluspetrol, junto à Repsol-YPF, Sonatrach, Hunt Oil, Techpetrol e SK Energy. Durante os primeiros anos de desenvolvimento do projeto, ocorreram seis vazamentos de gás. A localização deste empreendimento era em uma região próxima a comunidades indígenas – como a Reserva Territorial Kugapakori, Nahua, Nanti (RTKN), onde vivem os índios Nahaua, Nanti Matsigenka e Mashco-Piro.

Em fins de 2008, foi mais bem estruturada a inserção das empresas brasileiras no cenário internacional com a criação da Área Internacional¹⁷ (AINT), setor do Banco que ficou responsável pela captação de recursos externos e a estruturação de fundos direcionados para a internacionalização da economia brasileira, posto isso, a internacionalização do Banco foi projetada em vista do crescimento das empresas brasileiras fora do país, a ponto de Lula proferir as seguintes palavras:

No começo do nosso governo, tivemos certa dificuldade para trabalhar com um banco de desenvolvimento dessa magnitude, porque tínhamos poucos recursos e pouca experiência. Foi quando veio a crise de 2008 que nós demos um grande salto, colocando 180 bilhões de reais para alavancar definitivamente o BNDES. **Ele então se transformou nesse banco extraordinário, muito maior do que o Banco Mundial** (grifo meu). O BNDES cresceu quatro vezes desde que entrei no governo. Hoje, nós temos um banco robusto, com capacidade de alavancar recursos, com capacidade de investimento, que pensa na grande empresa, que pensa na pequena empresa, que pensa no movimento social, que pensa nos catadores de papel (Luiz Inácio Lula da Silva, ano do depoimento: 2012. In: BNDES: um banco de histórias e do futuro, 2012, p.179).

No ano de 2009 foi traçado um planejamento estratégico para a atuação do Banco para os anos de 2009-2014, em que a estrutura organizacional foi modificada com a criação de mais uma diretoria e as principais diretrizes foram:

1. Ampliar ativos totais e fortalecer a estrutura patrimonial do BNDES;
2. Atuar de forma abrangente e com foco preciso em cada uma das áreas do Banco;

¹⁷ A AINT foi formada contando com diversas unidades do BNDES no exterior, inicialmente com um escritório em Montevideu (Uruguai) com o objetivo de identificar, estruturar e facilitar negócios do Brasil na América do Sul. *A posteriori*, em Londres (Inglaterra), foi inaugurado outro escritório, na forma de empresa de participações sem atividades financeiras (Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7GObMXd6gEM&feature=youtu.be&t=1m4s>).

3. Enfatizar a ampliação da capacidade produtiva e a inovação; o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental, com base em uma abordagem integrada dessas dimensões; a geração de emprego; o fortalecimento da gestão e da governança das empresas brasileiras; e o **fortalecimento da presença internacional de empresas brasileiras;**
4. Priorizar investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento socioambiental, do entorno territorial dos projetos;
5. Apoiar iniciativas e investimentos de modernização de instituições, empresas e agências públicas;
6. Apoiar a formulação e a implementação das políticas de governo, inclusive as políticas regulatórias;
7. Estreitar relacionamentos com o Congresso Nacional, com os provedores de recursos institucionais públicos e com os órgãos de controle de regulação e de supervisão bancária;
8. **Desenvolver, ampliar e diversificar as fontes de recursos no país e no exterior, em parceria com a indústria e o mercado de capitais;**
9. Utilizar os instrumentos financeiros de forma integrada, dando ênfase aos instrumentos de renda variável;
10. Aperfeiçoar as metodologias de gestão, avaliação e precificação de risco de projetos e empresas, tendo como parâmetros a prudência bancária e a relação retorno/risco para o apoio a projetos em setores considerados estratégicos;
11. Implantar a gestão integrada de recursos, processos e ativos do Banco em função das necessidades de cada uma de suas áreas de atuação, como uso intensivo de novas tecnologias;
12. Valorizar as pessoas, promovendo conhecimento e capacidade analítica e operacional do corpo funcional; (BNDES: Um banco de histórias e do futuro, 2012, p.171).

No mesmo ano, o Banco introduziu uma nova modalidade de procedimento na habilitação de créditos a empresas, dispensando etapas de análise dos projetos de clientes considerados preferenciais¹⁸. Daí entender a proliferação de projetos com aporte do Banco a empresa Odebrecht após esta medida, como demonstrado em breve artigo publicado pelo próprio site da referida empresa:

Em 2001, a Odebrecht Peru possuía 460 integrantes e um backlog (conjunto de contratos em carteira) de US\$ 3,1 milhões. **Ao fim de 2009, o número de integrantes passava de 8 mil e os negócios em carteira superavam a marca de US\$ 520 milhões. Para 2011, a projeção é ultrapassar US\$ 1 bilhão (...)** (grifo meu). Um dos setores mais aquecidos é o portuário. Nele, a Odebrecht conquistou três projetos nos últimos anos. Depois de inaugurar o Porto de Melchorita, para exportação de gás pela Perú LNG, a empresa entregará no segundo semestre de 2010 o Molhe Sul do Porto de Callao, executado sob encomenda da Dubai Ports World (DP World), e o Porto de

¹⁸ BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010, p.254.

Bayóvar, contratado pela brasileira Vale, que escoará por ele sua produção de fosfato, utilizado para a elaboração de fertilizantes. São projetos privados, que colocam a Odebrecht Peru como a escolha dos mais diversos clientes. “Somos hoje muito competitivos na área de portos, com tecnologia e logística diferenciadas, além de termos capacidade de formação de pessoas. Outros oito portos poderão ser construídos e estamos acompanhando esse processo”, explica Jorge Barata. (Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02301-02400/2382/?lang=pt.>)

Assim, uma empreiteira como a Odebrecht passou a contar com o apoio de outras empresas brasileiras que, por sua vez, ainda podem trazer consigo o suporte de financiadores públicos para grandes empreendimentos. É este o caso dos investimentos no porto de Bayovar, construído pela Odebrecht a partir de dinheiro da mineradora Vale para escoar sua produção de fosfato a partir de uma mina cujos investimentos chegaram a mais de US\$ 560 milhões de dólares. A Vale, por sua vez, trouxe a Andrade Gutierrez, que conseguiu dinheiro do BNDES para construção de uma usina de dessalinização da água fornecida à mina.

Vale ressaltar que, coadunado com a política de clientela preferencial, o governo brasileiro firmou um acordo com o governo do Peru, em junho de 2010, com vias a construção de hidrelétricas. Portanto, é neste contexto que a Odebrecht emerge como uma das maiores beneficiadas da inserção capital-imperialista brasileira.

É importante observar que, no ano de 2010, ocorreram eleições no país, em que a candidata do PT, Dilma Roussef, tornou-se vitoriosa ao disputar o segundo turno com José Serra do PSDB. O historiador David Maciel, ao analisar o processo eleitoral concluiu que por conta da candidatura de Marina Silva, do Partido Verde (PV), a candidata Dilma Roussef dá uma guinada à direita na ânsia de angariar os votos da direita conservadora marinista, além de “chantagear” a esquerda sob a retórica de se evitar um mal maior com a possibilidade de eleição de José Serra (PSDB) ¹⁹.

Outro aspecto, que o autor chamou à atenção, está no fato do BNDES ter aberto uma linha de créditos para viabilizar as obras dos aeroportos, mesmo estes tendo sido privatizados, aprofundando a simbiose acumulação privada-recursos públicos²⁰:

¹⁹ Ver: MACIEL, David. De Lula à Dilma Roussef: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. Disponível em: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>.

²⁰ O mesmo modelo vem sendo adotado nas rodovias e nas hidrelétricas.

Frente a esta realidade, em agosto o governo anunciou a chamada “nova política industrial”, que se limita a reduzir os custos do capital por meio da renúncia fiscal e estimular novos investimentos facilitando o acesso aos recursos do BNDES e outras formas de financiamento público. (MACIEL, 2010, “De Lula à Dilma Roussef: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política”, In: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>).

Nesse sentido, o governo adotou políticas que, por um lado, cortava despesas e aumentava os juros e, por outro, mantinha os gastos com programas de políticas sociais compensatórias, tais como “Bolsa família” e “Brasil sem miséria”, numa estratégia de conquista passiva das massas desorganizadas. Para Maciel, o verdadeiro conteúdo destas políticas seria:

Nestas iniciativas se vislumbra o verdadeiro conteúdo do pretense “social-desenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma Roussef, ou seja, **políticas meramente indutivas baseadas na renúncia fiscal e no financiamento público e voltadas para fortalecer a inserção internacional das empresas imperialistas do país, brasileiras ou não** (grifo meu), e para atender à administração cotidiana da crise. (Trecho do texto, MACIEL, 2010).

Posto isso, compreendemos que, nos governos Lula e Dilma, foi possível a consolidação da dominação de classes no Brasil recente²¹, com a sofisticação de instrumentos consensuais, como já citados anteriormente, consorciados com formas coercitivas sobre o conjunto da classe trabalhadora, tais como a criação da Força Nacional de Segurança Pública (2004), das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro (governado por uma coalizão PMDB – PT), o brutal aumento do encarceramento dos setores mais subalternizados, o ascenso da indústria de defesa e de exportações de material bélico²², a reformulação do Centro de Inteligência e contra-

²¹ Ver: MATTOS, Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil. Disponível em: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>.

²² Sobre o crescimento da indústria de defesa ver: DAGNINO, R. A indústria de defesa no governo Lula. São Paulo, Expressão Popular, 2010. Em relação às exportações de material bélico ver as seguintes reportagens: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505794-a-industria-belica-brasileira-entrevista->

inteligência do Exército com vias a monitorar os movimentos sociais (vale ressaltar que tal medida se operacionaliza como resposta ao conjunto de manifestações de junho de 2013)²³ e a proliferação de empresas de vigilância que realizam atividades de coerção paramilitar aos povos tradicionais como a GASPEM no Mato Grosso do Sul²⁴.

Com relação ao BNDES, segundo relatório da Organização Rainforest Foundation Noruega²⁵, a presidenta Dilma assinou, em 2011, com o governo peruano um acordo para a construção de quinze usinas no país, todas financiadas pelo Banco, bem como a construção da BR-317, ou Rodovia Transoceânica, que liga ambos os países. Em 2012, a agência conseguiu superar os investimentos do Banco Mundial, desembolsando um total de R\$ 156 bilhões – o equivalente a US\$ 68 bilhões²⁶.

No quadro abaixo são apresentados alguns dos projetos financiados na Bolívia e Equador durante o governo Dilma.

Quadro I: O BNDES e a Pan-Amazônia no governo Dilma Rouseff (2010-2014)

Setor	Projeto	Localização	Ano	Construtor	Informações complementares
Hidroeletricidade	UHE Binacional	Brasil-Bolívia	2013	Odebrecht	

[especial-com-gustavo-vieira ; http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/12446-bomba-%60cluster%60-brasileira-usada-em-ataque-gera-polemica-internacional;](http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/12446-bomba-%60cluster%60-brasileira-usada-em-ataque-gera-polemica-internacional)
[http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505574-sentimentos-brasileiros;](http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505574-sentimentos-brasileiros)

²³ Segundo matéria: “A readequação era planejada há anos e surge na esteira da convulsão de atuações de black-blocs, sem-teto e sem-terra com atividades similares a guerrilhas urbanas e rurais, diante de provas de ligações destes grupos com organizações criminosas das grandes capitais”, MAZZINI, Leandro, 29/07, 2014, In: <http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/07/29/exercito-remodela-centro-de-inteligencia-para-monitorar-movimentos-sociais/>.

²⁴ A GASPEM é uma empresa ligada a um importante Aparelho Privado de Hegemonia local, a FAMASUL, e realizou inúmeras atividades de coerção aos indígenas Guaranis Kaiowás, tendo inclusive sido solicitado pelo Ministério Público o fechamento desta firma. Disponível em: [http://racismoambiental.net.br/2013/11/os-pistoleiros/;](http://racismoambiental.net.br/2013/11/os-pistoleiros/) [http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2014/03/sedes-de-empresa-envolvida-em-morte-de-indigenas-em-ms-sao-fechadas ;](http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2014/03/sedes-de-empresa-envolvida-em-morte-de-indigenas-em-ms-sao-fechadas)

²⁵ Disponível em: <http://www.regnskog.no/en/home>

²⁶ Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTSITETOOLS/0,,contentMDK:20264002~menuPK:534379~pagePK:98400~piPK:98424~theSitePK:95474,00.html> .

	Mamoré				
Hidroeletricidade	UHE Cachuela Esperanza	Rio Beni - Bolívia	2011	Eletrobrás	
Rodoviário	Carretera Rurrenabaque-Riberalta	La Paz, Beni e Pando – Bolívia	2012	Lume	Construção e pavimentação de 588 quilômetros de estrada. Custo das obras está calculado em 223 milhões de dólares que serão financiados mediante um empréstimo 230 milhões do BNDES e do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) do Banco do Brasil, confirmado em julho de 2012.
Rodoviário	Estrada Quito-Guayaquil	Equador	2013	Odebrecht	
Hidroeletricidade	UHE Munduriacu	Rio Guayllabamba	2012	Odebrecht e Alstom	Em novembro de 2012, no Rio de Janeiro, foi assinado o contrato de financiamento do BNDES para o Projeto Hidrelétrico Manduriacu, no Equador, em construção pela Odebrecht América Latina, com o valor de US\$ 90,2 milhões. O projeto Manduriacu, desenvolvido pela CELEC (Corporación Eléctrica del Ecuador) tem valor total de US\$ 126 milhões e está localizado a 133 km de Quito, capital equatoriana.
Multimodal	Proyecto Multimodal de Recursos Hídricos Daule-Peripa	Rios Daule / Peripa - Equador	2012	_____	Com custo aproximado de 185 milhões de dólares, o projeto visa a irrigação de 170 hectares de área cultivável e controle de inundação.

(Elaborado pelo autor)

Temos duas justificativas centrais para concluir esta pesquisa no ano de 2014. A primeira diz respeito ao fechamento do já citado anteriormente, “Planejamento

Estratégico” do BNDES (2009-2014), cuja meta de conclusão se dá neste ano. Nesse caso, poderá ser realizado através da pesquisa, um balanço daquilo que efetivamente foi aplicado no que tange ao financiamento da internacionalização das empresas brasileiras. Além disso, é válido ressaltar que se trata de um ano de encerramento do terceiro mandato federal do Partido dos Trabalhadores e de sua base aliada, o que nos permitirá relacionar o papel deste Partido na consolidação da política de inserção subalterna do Brasil no conjunto dos países capital-imperialistas internacionais.

O segundo ponto diz respeito à intensificação das lutas de classes na região, enquanto desdobramento da atuação do capital-imperialismo brasileiro, sendo o ano de 2014 um marco nas lutas em função da realização do Fórum Social da Pan-Amazônia e a elaboração da “Carta de Macapá” assinada por diversos movimentos sociais e indígenas afetados pelo BNDES, com intuito de propor novas políticas para a região que se chocam frontalmente com a lógica expansionista e predatória do capital.

Referências bibliográficas:

BADIN, Lucina; PINTO, João Roberto Lopes; SISTON, Felipe; TAUTZ, Carlos. “O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário”, In: Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico (2003-2010), Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BNDES: Um banco de histórias e do futuro, 2012, In: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes_60anos_um_banco_de_historia_e_do_futuro.html

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985, Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2012.

_____.”As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras”, XIII Encontro de História Anpuh- RJ, 2008.

_____. “A diplomacia das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada e a política externa brasileira”, I Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais da ABRI, 2012.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos de. “O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura sul-americana durante o governo Lula: interface entre interesses domésticos e a política externa”, In: I Seminário de Pós-Graduação de Relações Internacionais, 2012.

DAGNINO, Renato. A indústria de defesa no governo Lula, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil, Rio de Janeiro: Globo livros, 2005.

FIANI, Ronaldo. Perfil das exportações de bens de capital admitidos pelo programa Finamex: 1990/95, In: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/perfil.pdf

FILHO, Paulo Faveret; GRIGOROVSKI, Paulo Roberto; LIMA, Eriksom Teixeira; & PAULA, Sérgio Roberto. O BNDES e a agroindústria nos anos 90, In: http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1305.pdf

FONSECA, Bruno e MOTA, Jéssica. “BNDES, para exportação”, In: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>.

_____. “Na pan-amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira”, In: <http://www.oeco.org.br/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira>

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/EPSJV, 2010.

GARCIA, Ana Saggiaro. “Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta”, In: Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo, Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, PUC-RJ, 2012.

GARZON, Luis Fernando Novoa. “BNDES: um enclave político a promover enclaves econômicos?”, In: http://www.ippur.ufjf.br/download/semana_pur_2010/completos/BNDES%20integral%20semana%20pur.pdf.

_____. “Megaprojetos hidrelétricos na Amazônia”, In: Seminário Internacional: Integração Energética Regional, In: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:A_B55CrbJNwJ:plataformaenergetica.org/system/files/SEMIN%25C3%2581RIO%2520INTEGRA%25C3%2587%25C3%2583O%2520ENERG%25C3%2589TICA%2520REGIONAL.ppt+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.

_____. “BNDES y el desborde imperialista de Brasil”, In: Observatório Latino-Americano de Geopolítica, 2010.

_____. Entrevista ao site “Páginasiete”, 29/06/2014, In: <http://www.paginasiete.bo/sociedad/2014/6/29/amazonia-explotada-poco-estudiada-25456.html>.

_____. Entrevista ao jornal “Correio da Cidadania”, 18/10/2011, In: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6422:brasil-via-bndes-e-itamaraty-reforca-carater-regressivo-da-integracao-latino-americana&catid=30:america-latina-&Itemid=187.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Volume 2, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 3, Civilização Brasileira, 2006.

HILFERDING, Rudolf. Le capital financier. Étude sur le développement récent du capitalisme, Paris: Éditions de Minuit, 1970.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005.

LOZANO, André, 1994, In: Jornal Folha de São Paulo. In: Jornal Folha de São Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/06/brasil/7.html>)

MACIEL, David. “De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política”, In: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>.

MAISONNAVE, Fabiano. “Bolívia quer que Queiróz Galvão refaça obra”, In Folha de São Paulo, 09/09/2007

MATTOS, “Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil”, In: In: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>.

MAZZINI, Leandro, 29/07, 2014, In: <http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/07/29/exercito-remodela-centro-de-inteligencia-para-monitorar-movimentos-sociais/>.

MORAES, Renata Albuquerque de, “Impactos na Bolívia do desenvolvimentismo brasileiro: o caso da cachoeira esperança”, 36º Encontro anual da ANPOCS, 2012.

MOREIRA, J.P.O, “Lutas indígenas e formas de dominação burguesa no Brasil contemporâneo”, artigo ainda no prelo, 2014.



MURAKAWA, Fabio. “Pressão indígena faz Odebrecht desistir de hidrelétrica no Peru”, In: Valor Econômico, 24/11/2011, In: <http://www.valor.com.br/internacional/1110022/pressao-indigena-faz-odebrecht-desistir-de-hidreletrica-no-peru>.

NYKO, Diego. Integração regional, cooperação financeira e a atuação do BNDES na América do Sul no período recente, Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Economia da UNICAMP, 2011.

PAULA, Elder Andrade de, “O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde”, In: ANPOCS, 2012.

_____. “Pagamento por Serviços Ambientais, espoliação e transgressões de direitos territoriais na Pan-Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia”, In: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:FW41xQ3D490J:actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15_deJesusMorais_AndradeDePaula.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.

ZIBECHI, Raúl. Brasil potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo, Rio de Janeiro: Consequência, 2012.